

O PARADOXO FRANCÊS

AS ELEIÇÕES DE ABRIL E JUNHO DE 2002

Luis Favre

RESUMO

O autor argumenta que os resultados das eleições de 2002 na França traduzem o fim de um ciclo de esquerda iniciado em 1981, com Mitterrand, e a decomposição da Quinta República, sistema institucional vigente no país desde 1958. Analisam-se assim os processos políticos recentes que conduziram à desarticulação e à derrota das forças de esquerda e a condição paradoxal criada com a vitória da direita "gaullista", que assume as principais instâncias do poder político do país sem um apoio franco do eleitorado, mas mediante um amplo voto republicano de rejeição à extrema-direita.

Palavras-chave: França; eleições de 2002; Quinta República; esquerda.

SUMMARY

The author argues that the French elections of 2002 reveal the end of a leftist cycle started in 1981 with Mitterrand, and the decomposition of the institutional system in effect since 1958, called Fifth Republic. Thus, he analyzes the recent political processes that lead to the disarticulation and defeat of the leftist forces, and the paradoxical condition coming from the victory of the "gaullist" right, which takes the main places of political power without the open support of the electorate, but through an widespread vote against the extreme right.

Keywords: France; 2002 elections; Fifth Republic; Left.

O recente processo eleitoral na França encerra todo um ciclo político aberto pela vitória da esquerda em 1981. Ao mesmo tempo, porém, o resultado das eleições realçou a fragilidade e precipitou a crise de decomposição do sistema institucional instaurado por De Gaulle em 1958-62, que deu origem à Quinta República. O objetivo deste artigo é examinar as raízes dessa dupla crise e avaliar os cenários que poderão resultar do atual processo, em que as forças da direita "gaullista" controlam as principais instâncias do poder político e judiciário do país.

As eleições de 2002

É preciso analisar os resultados destas eleições com muita cautela, pois raramente a aparência dos fatos se viu tão em contradição com a realidade social e política da França como agora.

O primeiro elemento a destacar é o alto índice de abstenções, que indica que parte significativa do eleitorado — concentrada nas circunscrições populares — não se reconheceu na representação política tanto de esquerda como de direita, incluindo seus respectivos extremos. No primeiro turno das eleições presidenciais, em 21 de abril, houve cerca de 28% de abstenção, e no primeiro turno das eleições legislativas, em 9 de junho, ao redor de 40% — proporções jamais atingidas em qualquer pleito desde a instauração da Quinta República.

Alguns analistas identificaram as abstenções a um suposto desinteresse dos cidadãos. Trata-se a meu ver de uma simplificação, que não consegue explicar, por exemplo, a grande participação de votantes no segundo turno da eleição presidencial, que rejeitou o extremismo de direita e reafirmou os valores democráticos e republicanos. A hipótese que levanto é que as abstenções traduziram um processo de rejeição da oferta política existente e do funcionamento do sistema institucional em seu conjunto. A abstenção do eleitor mais jovem realça o grau da crise do sistema representativo: no primeiro turno das eleições legislativas abstiveram-se 58% dos jovens de 18 a 24 anos e 54% entre os de 25 a 34 anos.

O segundo aspecto saliente é que no primeiro turno das eleições presidenciais apenas cerca de 20% dos eleitores votaram em Jacques Chirac: nunca na Quinta República um presidente candidato à reeleição teve votação tão medíocre. Chirac perdeu aproximadamente 700 mil votos em relação ao primeiro turno de 1995, mas esse resultado assume dimensão maior se levarmos em consideração o desempenho de todos os candidatos da direita, que registraram uma perda de mais de 3,8 milhões de votos em sete anos: Chirac, François Bayrou, Alain Madelin, Corinne Lepage e Christine Boutin obtiveram cerca de 9,6 milhões de votos, enquanto no primeiro turno de 1995 os candidatos de direita (Chirac, Edouard Balladur e Philippe de Villiers) haviam somado aproximadamente 13,5 milhões.

Dado que a extrema-direita progrediu em 900 mil votos entre esses dois escrutínios, o significado dessa expressiva perda de votos é que os eleitores que se abstiveram são originários também do campo da direita, e não exclusivamente da esquerda. Isso significa que a vitória da direita, longe de significar um deslocamento do eleitorado em seu favor, é resultado dos efeitos eleitorais do abstencionismo e, como veremos a seguir, da dispersão das candidaturas da esquerda.

Com apenas 16,2% dos sufrágios no primeiro turno, Lionel Jospin, do Partido Socialista, viu-se eliminado da disputa eleitoral, enquanto Jean-Marie Le Pen, líder da Frente Nacional, passou ao segundo turno com 16,9% dos votos. Esse resultado constitui o terceiro aspecto marcante destas eleições: foi a primeira vez em mais de trinta anos que a esquerda esteve ausente do segundo turno e que a extrema-direita ocupou seu lugar.

Jospin perdeu nominalmente cerca de 2,5 milhões de votos em relação aos pouco mais de 7 milhões que obtivera no primeiro turno de 1995. No entanto, se considerarmos os 2,2 milhões de votos dos candidatos Christiane Taubira (Partido Radical de Esquerda) e Jean-Pierre Chevènement (Movi-

mento dos Cidadãos), que em 1995 haviam apoiado Jospin, essa perda se converte em 300 mil votos, um déficit eleitoral compreensível após o desgaste de cinco anos de governo. A matemática eleitoral está longe, contudo, de dar conta da magnitude da virada política provocada por esses resultados e do que podem revelar a respeito do atual estado das forças políticas e sociais na França, como discutiremos adiante.

O quarto elemento relevante nos resultados eleitorais de 2002 é o desabamento do Partido Comunista e de seu candidato, Robert Hue. Em 1995 ele obtivera 2,6 milhões de votos e desta feita recebeu pouco mais de 960 mil (3,4% do total). Esse desempenho, o pior do PC desde a II Guerra Mundial, consumou o declínio que o partido vem experimentando eleição após eleição desde 1981, quando François Mitterrand foi eleito. Para além da conjuntura particular destas eleições, há que se ponderar nesse caso as consequências desagregadoras da implosão da União Soviética, em especial para os partidos mais alinhados com o PCUS.

Dentre as forças participantes da gestão de governo de esquerda, os Verdes foram os únicos que melhoraram seu desempenho em relação a 1995, ao receber 500 mil votos a mais na eleição presidencial, mas foram atropelados como o resto da esquerda nas eleições legislativas. No seu conjunto, as forças que participaram do governo Jospin perderam 1,5 milhão de votos em relação a 1995, o que corresponde aproximadamente ao número de votos obtidos pela extrema-esquerda. Seria simplista, porém, presumir uma relação direta entre esses resultados.

O paradoxo do segundo turno das eleições presidenciais

O sobressalto provocado pela presença do candidato da extrema-direita no segundo turno constituiu um fenômeno excepcional e cujos desdobramentos mostraram a politização do eleitorado francês, contrariando os que interpretaram as altas taxas de abstenções como ausência de consciência cívica. Não só a participação dos eleitores foi normal para um segundo turno de eleição presidencial, como o voto em favor de Jacques Chirac foi o mais elevado de todos os presidentes da Quinta República. No entanto, o abismo entre os resultados de Chirac no primeiro e no segundo turnos (19,9% e 82,2%, respectivamente) confere à sua vitória o caráter de um voto republicano contra o adversário da extrema-direita, e não o de um claro apoio do eleitorado. As grandes manifestações contra Le Pen convocadas pela esquerda e a extrema-esquerda, em particular a de 1º de maio, reforçam essa constatação.

A pequena adesão a Chirac no primeiro turno transformou-se na maior votação obtida por um candidato a presidente em toda a história da Quinta República: esse é o grande paradoxo do segundo turno. Sua vitória, somada à crise da esquerda após a eliminação de Jospin, suscitou uma dinâmica eleitoral em que a direita acabou por conquistar maioria na Assembléia Legislativa,

mas em condições tais que levaram a massa dos eleitores a não se identificar com a atual representação institucional. Em que pese o voto maciço recebido no segundo turno, Chirac continua sendo um presidente frágil, que não pode apagar o fato de ter recebido apenas 20% dos votos no primeiro turno.

Esquerda: o fim de um ciclo

Da "União da Esquerda" à "Esquerda Plural"

A vitória da União da Esquerda em 1981, sob a liderança de François Mitterrand, iniciou um novo período na história do país. Até então a esquerda estivera no governo tão-somente em duas ocasiões: em 1936, com Leon Blum, e por um curto período após a Libertação, em 1945. Em 1936 a estrutura de governo do Partido Socialista foi sustentada por uma aliança com o Partido Radical, que era a principal formação política da elite dominante da Terceira República, e o Partido Comunista, cujo apoio se dava de fora do governo. No imediato pós-guerra, sob o comando de De Gaulle, comunistas e socialistas começaram a assumir responsabilidades governamentais, mas somente com Mitterrand é que puderam assumir o poder com base numa aliança programática com claro conteúdo de esquerda, reformista, e com uma ampla maioria parlamentar.

Nos anos 1980, o contexto internacional certamente não favorecia a consolidação de uma política de esquerda, marcado que estava pela ofensiva conservadora de Reagan e Thatcher, além das pressões do mercado contra as nacionalizações e outras medidas adotadas pelo governo Pierre Mauroy, sob a Presidência de Mitterrand. Isso porém não justifica a virada política radical que se verificou a partir de 1984, que transformou o governo de esquerda em veículo de aplicação de políticas monetaristas. Mais grave ainda: contrariando o que a esquerda sempre apregoara a respeito do caráter antidemocrático da Quinta República, Mitterrand se adequou às instituições que rebaixam o papel do Parlamento a uma simples câmara de registro das decisões do presidente.

O corolário desse processo foi a acentuação dos traços bonapartistas do regime. O distanciamento dos partidos de esquerda de sua base eleitoral tradicional e uma bipolarização política cada vez mais marcante levaram à coabitação entre um presidente da esquerda e um governo da direita, perpetuada posteriormente na coabitação Chirac—Jospin. O caráter semipresidencialista do regime político francês, por força do papel outorgado pelo sufrágio universal ao presidente da República, diminui o peso do primeiro-ministro e provoca atritos permanentes que minam a coerência da ação governamental, ao mesmo tempo que implicam alguma convergência entre forças ideologicamente opostas.

Nessas condições, desenvolveu-se um processo político em que os partidos hegemônicos em cada espectro ideológico ganharam proeminên-

cia em relação à representação eleitoral dos partidos menores em cada campo. As distâncias entre os partidos coabitantes passaram a parecer menores aos olhos de parcela significativa do eleitorado, que não encontrava terreno para a expressão do seu descontentamento. A derrota esmagadora sofrida pela esquerda nos pleitos legislativos de 1993 veio sancionar essa situação, que seria confirmada em 1995 com a eleição de Jacques Chirac à Presidência.

A crise que então se abateu sobre a esquerda e o Partido Socialista esteve à altura do desastre eleitoral de 1993: o bloco parlamentar socialista manteve apenas 53 das 577 cadeiras da Assembléia Legislativa e os comunistas tão-somente preservaram um pequeno grupo de deputados. Note-se que, em virtude do caráter do escrutínio, os partidos de extrema-direita com alguma representatividade eleitoral, assim como os Verdes e a extrema-esquerda, estavam ausentes do Parlamento. O impacto da derrota se traduziu na ruptura de uma fração do Partido Socialista liderada por Jean-Pierre Chevenement, que constituiria o Movimento dos Cidadãos, na marginalização de Laurent Fabius e sua corrente, mais identificada com a política de Mitterrand no último período, na desarticulação da corrente de Michel Rocard e até no afastamento de Lionel Jospin, que provavelmente pensou que o Partido Socialista acabara. No Partido Comunista, as correntes renovadoras e as que se agruparam ao redor de Robert Hue persistiram em procurar a mudança sem ruptura e tentaram se reaproximar dos socialistas. Entre os Verdes o processo de decantação levou à afirmação da esquerda, rejeitando as correntes que conferiam à ecologia um caráter mais despolitizado.

Foi nesse contexto que surgiu na corrente de Jospin a formulação de uma política de reconstituição da esquerda, denominada Esquerda Plural, que buscava instaurar uma convergência de ação (sem convergência programática) sob a hegemonia do Partido Socialista. Afirmando uma vontade de ruptura com as práticas anteriores e buscando elaborar pragmaticamente as bases de uma nova aliança — o "realismo de esquerda", como as chamou Jospin —, o processo iniciado vai permitir a preservação das forças de esquerda, que sob a liderança de Jospin obtêm um resultado eleitoral significativo nas eleições de 1995.

Entretanto, no lugar de um processo de estabelecimento de novas lideranças, de elaboração de novas práticas e de renovação programática, o que se impôs foi um rápido e inesperado retorno ao governo, em nova coabitação. É assim que em 1997 Jospin assume a administração do país sem ter consolidado o processo de reconstrução da esquerda. A nova perspectiva estava, de fato, vinculada às antigas relações: embora o governo Jospin fosse visto como diferente da gestão Mitterrand, a nova coabitação tinha um ar de *déjà vu*. Além disso, o fenômeno do abstencionismo e a consolidação de um voto de protesto na extrema-direita, e em menor grau na extrema-esquerda, indicavam a persistência de uma crise de representação que não encontraria resposta na simples configuração de uma coalizão de esquerda, impotente para confrontar a armadura institucional da coabitação, como detalharemos a seguir.

O governo Jospin

Em 1995 Jacques Chirac assumiu a Presidência contando com a maioria parlamentar de direita que se constituíra em 1993. No entanto, boa parte dessa maioria havia apoiado Edouard Balladur, que como primeiro-ministro entre 1993 e 1995 procurara marginalizar Chirac, chegando a disputar com ele a Presidência da República. As dificuldades do governo constituído por Alain Juppé, primeiro-ministro de Chirac, em atingir os objetivos de redução do déficit público estabelecidos pelos acordos de Maastricht, o crescimento do desemprego e as greves que quase paralisaram a França em novembro de 1995 acabaram por convencer o presidente a dissolver a Assembléia e convocar novas eleições. Pode-se avaliar *ex-post* que essa decisão foi um erro que precipitou a perda do governo pelas forças da direita.

A Esquerda Plural foi surpreendida por sua própria vitória, que acabou provocando uma situação inédita na Quinta República. A tradição e a natureza da função presidencial, originada no sufrágio direto, implicam que o presidente se demita caso tenha uma iniciativa desaprovada pelo voto direto. Havia sido assim com De Gaulle em 1969, quando convocou um referendo e renunciou ao ter sua proposta rejeitada nas urnas. Chirac, porém, preferiu se aferrar à Presidência, deixando-a totalmente frágil não só do ponto de vista institucional mas também político, já que sua legitimidade eleitoral de 1995 ficara objetivamente revogada pela nova manifestação das urnas.

Composto por ministros socialistas, radicais de esquerda, verdes e comunistas, o governo Jospin se instalou com a perspectiva de que em tal contexto a coabitação havia deixado de ser um obstáculo consistente para a aplicação de uma política de esquerda. Ao que tudo indica, Jospin considerou que o processo de desmantelamento dos mecanismos institucionais antidemocráticos consolidados na Quinta República poderia ser realizado ao longo dos cinco anos de seu mandato sem crise política maior, sem crise do Estado e nos marcos das próprias instituições, agora controladas pela esquerda.

Jospin vai combinar uma série de medidas estatais para reduzir o desemprego e de reformas de democratização e modernização da vida pública¹ com um amplo processo de privatizações, motivado pela necessidade de uma política industrial no contexto europeu de desregulamentação neoliberal. Foram também de sua iniciativa as propostas de constituição de um governo econômico da Europa como contrapeso aos poderes desmedidos do Banco Central Europeu e de democratização e regulação de organismos internacionais como OMC, FMI e Banco Mundial.

Mesmo com as limitações do contexto internacional e da determinação externa de metas de inflação e déficit público, a França experimentou na gestão Jospin um crescimento econômico importante, com efeitos positivos nas contas públicas e nas taxas de desemprego. Esses resultados foram porém insuficientes para reabsorver a enorme massa de desempregados, e as

(1) Entre essas medidas podem ser destacadas a adoção de uma política de emprego para os jovens e a implantação da jornada de trabalho de 35 horas, e entre as reformas, além do Pacto Civil de Solidariedade, que dotou de estatuto civil os casais homo e heterossexuais não casados, a não-acumulação de mandatos eletivos, a redução do mandato presidencial de sete para cinco anos e a reforma do Judiciário, que será brevemente comentada a seguir.

tentativas de flexibilização do mercado de trabalho, visando redução do desemprego, traduziram-se muitas vezes em maior precariedade e aumento do ritmo de trabalho.

A persistência do mal-estar social

As cifras do desemprego são um termômetro dos problemas que afetam qualquer país, mas os impasses sociais vividos pela França têm assumido aspectos mais amplos. O processo de integração da população imigrante, por exemplo, é freado pelo desemprego, e a desintegração familiar daí resultante se combina com as desigualdades culturais e educacionais, formando-se um caldo de conflitos que paulatinamente se disseminam por todo o corpo social. A deterioração dos serviços públicos — em parte provocada pela necessidade de redução dos gastos públicos e pela política liberalizante praticada pela Comissão Européia — e a questão da criminalidade não encontram resposta satisfatória nos projetos elaborados pela Esquerda Plural, apesar dos avanços na abordagem do fenômeno da delinquência juvenil e nos projetos de reurbanização em algumas localidades.

Nesse contexto, a propaganda racista e xenófoba encontra eco nos setores mais excluídos da sociedade. A partir do alicerce constituído entre ex-colonos repatriados da Argélia, a extrema-direita vai progredindo no espaço abandonado pela esquerda governante, que sociologicamente é mais representativa das novas classes médias e dos setores superiores do assalariado. Foi dessa forma que a Frente Nacional de Jean-Marie Le Pen veio canalizar o desespero de uma parte marginalizada da população branca e católica, confrontada com a desintegração de valores familiares, a criminalidade e a ausência de proteção pública.

Nas recentes eleições presidenciais os resultados mais expressivos da extrema-direita se concentraram no Sudeste do país, com uma população originária das ex-colônias africanas e seus descendentes, e na região Leste, que passou por um penoso processo de reestruturação industrial nos anos 1980 e ainda sofre as suas conseqüências na forma de desemprego e de desertificação de seu espaço rural, bem como nos subúrbios operários das grandes cidades. Sem constituir uma ameaça real, e sem ter a importância que muitas vezes lhe é atribuída, Le Pen aparentemente atingiu seu teto eleitoral no segundo turno destas eleições presidenciais, com cerca de 20% dos votos.

O descontentamento com a permanência do mal-estar social também propiciou o crescimento do voto de protesto em uma extrema-esquerda demagógica e populista, que disputou o espólio do Partido Comunista. Suas críticas ao governo de esquerda encontraram eco nos setores populares caracterizados pela rejeição aos partidos governamentais. O auge da extrema-esquerda se deu no primeiro turno das eleições presidenciais, em que seus diversos representantes somaram cerca de 10% dos votos. Mas a sua recusa

em distinguir a direita da esquerda foi duramente sancionada pelos eleitores um mês depois, nas eleições legislativas, que reduziram seus votos a 2%.

As limitações da Esquerda Plural e o erro capital de Jospin

A constituição e a gestão de governo da Esquerda Plural lograram uma convergência de ações bem mais consistente do que a mera elaboração de um documento de intenções programáticas, como fora o caso do "Programa comum" apresentado pela União de Esquerda nos anos 1980. Socialistas, comunistas, verdes e radicais de esquerda governaram unidos e votaram unidos no Parlamento, e as eventuais divergências não impediram uma efetiva formulação de respostas aos problemas e desafios confrontados pelo Estado francês, a despeito da insuficiência dessas respostas em diversas áreas. Em contrapartida, não se estruturou nenhum processo de unificação ou consolidação dessa frente de esquerda, nem sequer se cogitou a apresentação de uma candidatura única para propor ao eleitorado a continuidade da experiência de cinco anos de governo conjunto, reconhecida como positiva por analistas políticos e pesquisas de opinião.

Nas eleições municipais de 2001, enquanto a direita, mesmo com dificuldades e divisões, experimentava listas eleitorais comuns, a Esquerda Plural limitava-se a acordos pontuais e diversificados conforme as circunscrições. Os resultados negativos obtidos pela esquerda nessas eleições, ocultados pelas vitórias em Paris e Lyon, eram um sinal de alerta sobre os humores do corpo eleitoral e sua rejeição à coabitação. Além das abstenções, o voto em favor da extrema-direita e da extrema-esquerda confirmava o descontentamento dos setores excluídos e de parte das camadas populares.

No entanto, Jospin se recusou a enxergar esses resultados em toda a sua dimensão e manteve inalterada a política de coabitação. No campo da esquerda, nenhum agrupamento político alertou sobre a necessidade de uma candidatura unitária que pudesse suscitar uma dinâmica de vitória no primeiro turno destas eleições presidenciais. Somente nas eleições legislativas é que a esquerda apresentaria listas eleitorais comuns — ironicamente, com o rótulo de "Esquerda Unida" —, e ainda assim apenas nas circunscrições em que a forte presença da extrema-direita colocava em risco sua passagem para o segundo turno daquelas eleições. O diretor do *Le Monde* constatou essa realidade amargamente em editorial após a eliminação de Jospin no primeiro turno:

O terremoto político deste primeiro turno [...] tem, no plano estritamente eleitoral, uma única causa: a dispersão, absurda, da esquerda. Esta, considerando-se exclusivamente os "moderados" ou incluindo a extrema-esquerda, não recua de um escrutínio presidencial ao outro, ao contrário da direita moderada, que perde cinco a dez pontos em

*relação aos escrutínios precedentes. [...] A esquerda é vítima portanto dela mesma e do espírito estreito dos dirigentes de suas várias forças, que preferiram se demarcar e criticar Lionel Jospin e seu balanço [de governo]. Foram ouvidos. [...] Faltaram simplesmente dirigentes à altura do que estava em jogo*².

(2) Colombani, Jean-Marie. "La blessure". *Le Monde*, 22/04/2002.

Em meio ao processo que conduziu à derrota da esquerda, é preciso destacar o erro capital de Jospin, que não provocou a ruptura antecipada da coabitação durante seu governo. Recusou uma excelente oportunidade de fazê-lo — em condições favoráveis para ele e esclarecedoras para a sociedade francesa — quando do processo de discussão em torno da reforma do Judiciário. Diversos escândalos político-financeiros e tentativas de abafá-los, tanto nos governos de esquerda como de direita, haviam sensibilizado fortemente a opinião pública sobre a necessidade de romper o vínculo entre a hierarquia do aparelho judicial e o poder político — ruptura que constava do programa de governo da Esquerda Plural e também correspondeu às conclusões de um relatório solicitado por Chirac a uma comissão independente presidida pela maior autoridade da magistratura francesa. Firmado então um acordo entre Jospin e Chirac em torno da reforma, o presidente, conforme suas prerrogativas, deveria convocar uma sessão extraordinária do Congresso, mas nos dias que a precederam os deputados da direita manifestaram oposição a qualquer rompimento do atrelamento do Judiciário ao Executivo. Chirac cedeu às pressões de sua base e a reforma foi anulada. Jospin limitou-se a constatar que a direita era contra a independência da Justiça.

Naquele momento, Jospin poderia ter recusado a política de Chirac e renunciado. Com isso teria posto fim à coabitação e mostrado à sociedade que a esquerda ainda faz valer os princípios éticos e os compromissos com o eleitorado. Precipitaria assim as eleições legislativas ou pelo menos abriria o caminho para preparar uma eventual candidatura à Presidência, agora fora do governo³.

(3) Em caso de demissão do primeiro-ministro o presidente pode dissolver a Assembléia e convocar eleições de renovação legislativa, procurando estabelecer nova maioria, ou nomear outro premiê a partir da maioria existente.

Para onde vai a França?

A França é o país da política por excelência. A história mostra que muitos processos sociais ali assumiram sua forma mais apurada e clássica, como na Revolução Francesa, na Comuna de Paris e no golpe de estado de Luís Bonaparte, passando pelo parlamentarismo da Terceira República e o Maio de 1968. Raros são os países em que o Estado consegue dar plena visibilidade à tradução jurídico-institucional das relações de força entre os diversos segmentos da sociedade. A Quinta República outorga ao chefe do Estado amplos poderes sobre o Parlamento e o governo: o presidente nomeia o primeiro-ministro e pode exonerá-lo, tem a prerrogativa de convocar o Congresso para qualquer modificação da Constituição; cabe a ele

sancionar determinadas decisões do governo, mas pode também vetá-las, como chegou a fazer Mitterrand com Chirac na primeira coabitação. O presidente, enfim, é o comandante das Forças Armadas e o representante da nação no exterior.

A eficiência desse sistema institucional depende, no entanto, da consonância entre o presidente e a maioria da Assembléia. O recente processo eleitoral estabeleceu uma correspondência entre a maioria parlamentar e uma Presidência de direita, mas a questão-chave das instituições da Quinta República é a da legitimidade do sufrágio universal do presidente. E, como vimos, o atual titular do cargo não expressa verdadeiramente a maioria do país, o que também se aplica, em parte, à sua própria representação parlamentar. A direita concentra hoje todos os poderes do país, desde o Conselho Constitucional, o Senado e a Assembléia Legislativa até a maioria dos poderes locais. Paradoxalmente, a direita nunca esteve tão forte no comando das instituições (com exceção talvez do período 1962-65, com De Gaulle) e no entanto nunca foi tão minoritária no país real.

Essa situação encerra grande potencialidade de conflitos e crises políticas, e poderá brevemente reconduzir a esquerda ao centro do cenário político. Isso exigirá porém um árduo trabalho de reconstrução política, organizacional e teórica. A proeminência do Partido Socialista e sua própria história recente lhe conferem a responsabilidade principal pela reabilitação de uma esquerda com capacidade reformadora, vocação de governo e espírito militante. Essa perspectiva seria altamente desejável para que a França, "com todas as cores que a habitam e que forjam seu porvir", como bem concluiu Jean-Marie Colombani, "garde o curso da razão e do progresso"⁴.

(4) Colombani, op. cit.

Recebido para publicação em 28 de junho de 2002.

Luis Favre é empresário e assessor da Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores.

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 63, julho 2002
pp. 61-70
